

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO

Regional do Rio de Janeiro - Rua da Lapa, 120
Salas 908-909. Rio de Janeiro. CEP 20021

ESTA MATÉRIA FOI PUBLICADA ORIGINALMENTE NO JORNAL REPÓRTER Nº 14, DE FEVEREIRO DE 1979, A QUEM AGRADECEMOS A COLABORAÇÃO.

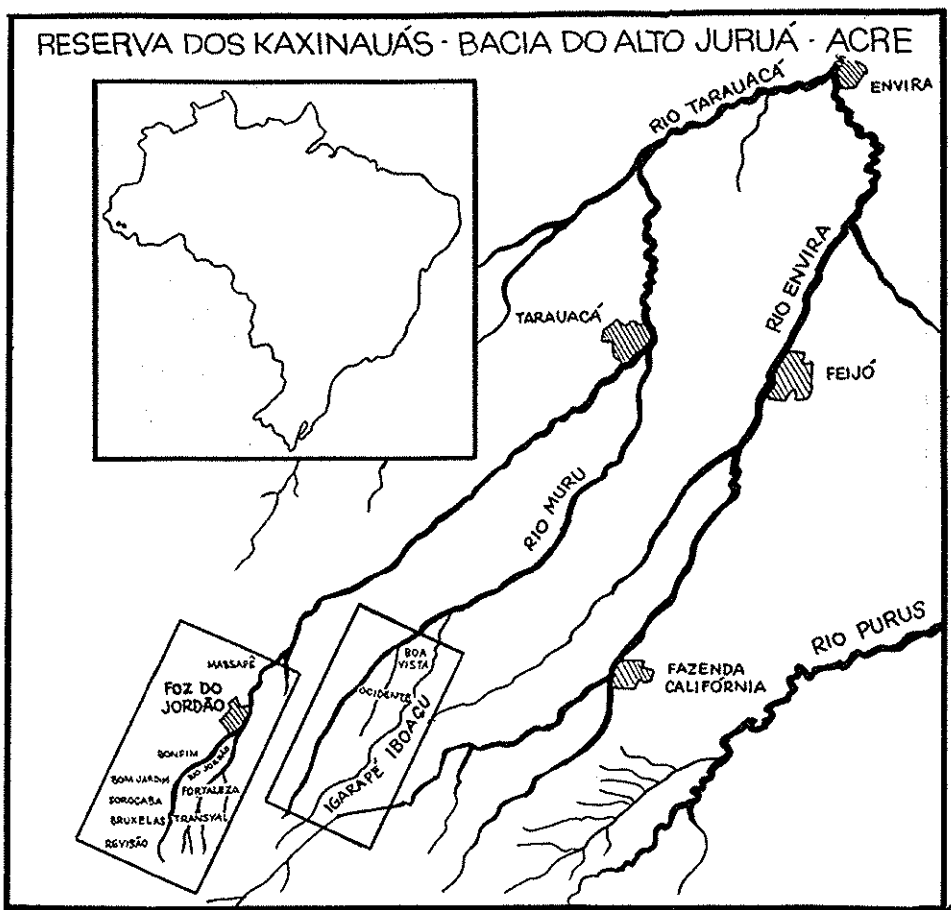
Editado pela
COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO/RJ



Foto Comissão Pró-Índio do Acre

Estes índios são escravos com a ajuda do governo

Em maio de 1977, uma equipe da Fundação Nacional do Índio — Funai — da qual participou o antropólogo Terri Vale de Aquino, delimitou, como reservas de terras para os índios Kaxinauás, duas áreas ao longo dos rios Jordão e Humaitá, na bacia do Rio Juruá, grande afluente do rio Amazonas do Estado do Acre. A reserva deveria ter sido definitivamente demarcada até o dia 12 de dezembro de 78, de acordo com o Estatuto do Índio. Mas não foi — embora a Funai diga que a promessa ainda está de pé — porque os seringalistas da região, alguns deles ligados a grandes grupos econômicos do Centro-Sul (como o Atalla-Copersucar) que desmatam a floresta para explorar a agropecuária, têm interesse em manter, sob regime de escravidão, os seringueiros — índios e brancos — e os peões que trabalham no desmatamento. Monopolizando a comercialização da borracha e apoiados pelos créditos do Banco da Amazônia (Basa), os patrões-seringalistas escravizam a força de trabalho dos índios, preparando um surto artificial de crescimento na extração de borracha no Acre. As empresas agropecuárias que, de 1972 para cá, compram grandes extensões de terra no Estado, expulsam índios e cam-



As reservas dos Kaxi estão na Foz do rio Jordão e nos afluentes do Muru: Humaitá e Iboacu.

poneses da área, ameaçam-nos de extermínio e burlam as leis trabalhistas, negando qualquer proteção aos peões que abrem pastos na mata virgem. Seringalistas e empresários são apoiados pelo senador da Arena, Altevir Leal, que vende terras a Cr\$2 por hectare, pelo delegado de polícia do município de Tarauacá, pelo prefeito, pelo gerente do Basa que é irmão de um grande seringalista — e até por padres da Ordem do Espírito Santo. Em dezembro deste ano, os Kaxinauás — hoje cerca de 890 pessoas reunidas na área prometida e que formaram uma cooperativa para vender a borracha que extraem de suas terras diretamente aos comerciantes, sem intermediação dos patrões-seringalistas — não puderam vendê-la nem comprar os gêneros que precisavam: o gerente do Basa disse que eles só poderiam vender a borracha aos patrões e o delegado de polícia, Moacir Prado, apreendeu as mercadorias que eles haviam comprado a crédito. Agora, com mais 4,5 toneladas de borracha para vender, os índios temem que a apreensão se repita e querem apoio da Funai. No Rio, dois antropólogos do Museu Nacional pedem uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o problema das tribos do Acre.

Terri Aquino é mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília com larga experiência de pesquisas junto aos índios da Amazônia. Fez tese de graduação sobre os Kaxinauás com os quais trabalha nesse momento num levantamento para o governo do Acre. No início de dezembro, ele escreveu uma carta a seus amigos do Museu Nacional, Alfredo Wagner e João Pacheco, contando o drama dos Kaxi. Trata-se de um documento valioso até porque, quando o escreveu, Terri não sabia que ele seria publicado.

Rio Branco, 16/12/78

“ João e Alfredo, companheiros

Recebi as cartas de vocês dois Puxa, foi bom receber notícias de vocês e de toda essa mobilização que você estão fazendo para chamar a atenção da opinião pública brasileira para a realidade indígena do Acre.

Companheiros, comigo vai tudo bem mas o mesmo não posso dizer dos nossos amigos Kaxi (os índios Kaxinauás). Lá em Tarauacá a barra anda meio pesada. Os patrões do Igarapé Humaitá (área de uma das reservas delimitada pela Funai para a tribo) pressionaram os Kaxi de lá para entregar a produção de 680 quilos de borracha. Eles contaram com a ajuda do Banco da Amazônia (Basa), da associação dos seringalistas, da polícia local etc. Também impediram que os nossos aviadores (comerciantes da cidade que compram borracha dos seringueiros e lhes vendem mercadorias) fornecessem as mercadorias necessárias à vida do seringal. Isso bota por baixo todo o trabalho que procuramos fazer lá, tentando organizar os Kaxi dentro da área delimitada pela Funai. Cada colocação (conjunto das árvores-seringueiras ligadas por uma estrada, é a trilha do trabalho) ocupada pelos Kaxi e novas colocações que fossem reabertas ou abertas “no bruto” (isto é, abertas exclusivamente pelos seringueiros) ficariam totalmente independentes dos patrões-seringalistas e passariam a produzir para uma cooperativa kaxi. O movimento Kaxinauá — os índios já falam assim — é o avesso do barracão (armazém dos seringalistas que compra a borracha e fornece mercadorias) dos patrões. Discuti muito com eles os seguintes pontos:

Kaxinauás fizeram cooperativa sem patrão pra vender borracha e usar livremente suas terras

1. Não existência de um patrão entre eles; mas de um líder, um “xambú” (chefe), que teria a responsabilidade de organizar a produção e, principalmente, mobilizar os seus companheiros para garantir a colocação, ocupada pelos Kaxi, que fosse ameaçada pelos patrões. Enfim, encaminhar uma prática no sentido de se evitar uma divisão social no seio das comunidades Kaxinauá do Humaitá e do Jordão (outro “igarapé”, ou vila, localizado no rio do mesmo nome e que também faz parte da área delimitada pela Funai para se

constituir na reserva de terra dos Kaxinauá), mesmo achando difícil explicar uma nova vida sem padrões para pessoas acostumadas com eles, num mundo onde a maioria deles já nasceu e se criou.

Pois bem: conversamos muito a esse respeito e eles compreenderam muito bem. Dava para sentir isso na disposição deles pelo trabalho nos roçados e na extração da seringa (borracha).

Posso dizer que tanto o Vicente Saboia (do Igarapé Humaitá) e o Alfredo Sueiro (do Jordão) quanto o Getúlio e o Nicolauzinho (também do Jordão) foram caras incríveis que compreendiam muito bem que, afinal de contas, lutar pelas estradas de seringa (pequenos caminhos abertos na floresta para ligar duas seringueiras, a árvore da borracha brasileira) e pelas colocações era, em última instância, lutar pela terra que indiscutivelmente lhes pertence. Acredito que eles estão convencidos que o momento é esse, que não se podia esperar que as coisas caíssem do céu, de cima para baixo.

Lá no (igarapé) Jordão conseguiu-se juntar 4,5 toneladas de borracha — 4.500 quilos. Foi aberta uma nova colocação e os Kaxi ocuparam mais duas estradas de seringa que estavam vagando numa colocação de seringueiro “cariú” (termo indígena que designa os seringueiros acreanos), mas não houve conflito algum com seringueiros acreanos. Quem não ficou gostando foi o gerente-aviado (preposto do seringalista) João Dedê, o patrão-chefe, Carlos Faria (arrendatário que tem a posse de vários seringais), e o proprietário, ou pretenso, o Raimundo Ramos. Esse último cara já foi prefeito de Tarauacá, é irmão do gerente do Basa, José Ramos (o homem que libera os financiamentos do Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural, Próbor II, para explorar os seringais), e ainda é protegido do senador Altevir Leal, da Arena do Acre.

Num dos números do Varadouro (jornal nanico editado no Acre), o Sueiro, líder dos Kaxi, entrevistado, dizia que até os padres da ordem do Espírito Santo cobram pra dar o batismo, o patrão paga e depois bota 36% de juros sobre o dinheiro entregue ao padre. Em 1975, eu vi um desses padres fazendo uma desobriga (aconselhamento religioso) e dizendo pra um seringueiro que vender bor-

racha pra regatão (barco-armazém de comerciantes autônomos que compram borracha diretamente do seringueiro às escondidas do seringalista) era pecado.

2. No movimento Kaxi não há pagamento de renda (ao patrão) nem de 70 quilos de borracha, como é o costume na região — e nem tampouco 10% (de imposto) conforme a lei do Estatuto da Terra. Cada família Kaxi, sendo dona de suas 2 estradas de seringa, de seus roçados, casas etc não tem sentido a existência de renda.

Seringueiro ou peão, índio não escolhe: é explorado

Desde o século dezenove a extração do látex da borracha é a atividade econômica principal da região que hoje corresponde ao Estado do Acre. A exploração dos seringais foi feita sempre através do sistema de aviação: na entressafra o patrão-seringalista fornece mercadorias para subsistência do produtor, o seringueiro, que depois, na safra da borracha, paga o adiantamento com juros elevadíssimos. O esquema mantém o seringueiro como um eterno endividado que entrega o produto do seu trabalho para que o patrão o venda depois com altos lucros.

No início da década de 70, com a atividade da borracha já em acentuado declínio, uma nova frente econômica baseada na pecuária capitalista e usando mão-de-obra assalariada, atinge a Amazônia Ocidental. Primeiro, ela chega a Rondônia e, depois, ao Acre. Aqui a pecuária se expande justamente no momento em que os seringais estavam em agonia e os seringalistas muito endividados junto aos bancos.

Numa primeira fase, vender terras a preço de banana — como faz o senador Altevir Leal da Arena — para os grandes pecuaristas do Centro-Sul foi a solução para os patrões-seringalistas que não tinham mais como pagar seus débitos. Ai, como em toda a Amazônia, a paisagem começou a mudar e o Acre começou a se transformar num grande pasto para o gado.

Nessa época, os seringalistas para se verem livres das dificuldades financeiras, venderam até terras que não lhes pertenciam legalmente. Seringueiros acreanos e grupos indígenas e seus remanescentes que trabalhavam nos seringais vendidos passaram a ser considerados posseiros — isto é, foram acusados e perseguidos como se estivessem usurpando as terras em que trabalhavam e moravam.

Numa segunda fase, entretanto, apoiados pelos créditos dados pelo governo (Superintendência e Banco da Amazônia) para recuperar os seus seringais, os seringalistas trataram de explorar ao máximo o trabalho dos seringueiros acreanos e dos grupos indígenas da região. É por isso que, agora, eles não querem que os índios vendam livremente a borracha que extraem: isso desarticulária o soerguimento de suas empresas.

Essa é, por outro lado, a tragédia atual dos grupos indígenas: de um lado eles são explorados pelos seringalistas e, de outro, são expulsos das terras pelos pecuaristas que os empurram para a periferia das cidades e os transformam em peões — também escravizados — para o desmatamento.

Defendeu os Kaxi e foi acusado de fumar maconha

Isso, aliás, é muito comentado nas duas áreas. Os seringueiros acreanos (“cariús”) falavam muito nisto e nas vantagens, querendo inclusive trabalhar para a cooperativa Kaxinauá quando a Funai demarcasse as duas reservas. Considero isso muito bom e o Sueiro, Getúlio e Nicolauzinho (os líderes kaxinauás) não estão pensando em expulsar os seringueiros mas, sim, os gerentes-aviados, patrões-chefes e proprietários. Todo seringueiro acreano poderia participar desde que as pessoas Kaxi decidissem. Lá no Jordão a maioria dos “cariús” prefere ser extrator e poucos são os que plantam roçados. O Sueiro dizia logo que tinha que ter roçado pois entre os Kaxi o costume era esse e que não se podia sustentar de tudo, desde a farinha, como fazem os patrões-seringalistas. E que também só poderiam ficar aqueles seringueiros que não estragassem as “madeiras” (as seringueiras), isto é, os que as cortassem dentro do regulamento, não as estragando, e os que respeitassem os Kaxi, sua língua, seus costumes etc.

Até eu sair da área não tinha havido nenhum conflito com seringueiros; apenas diálogos duros com proprietários, patrões-chefe (o arrendatário) e gerentes-aviados.

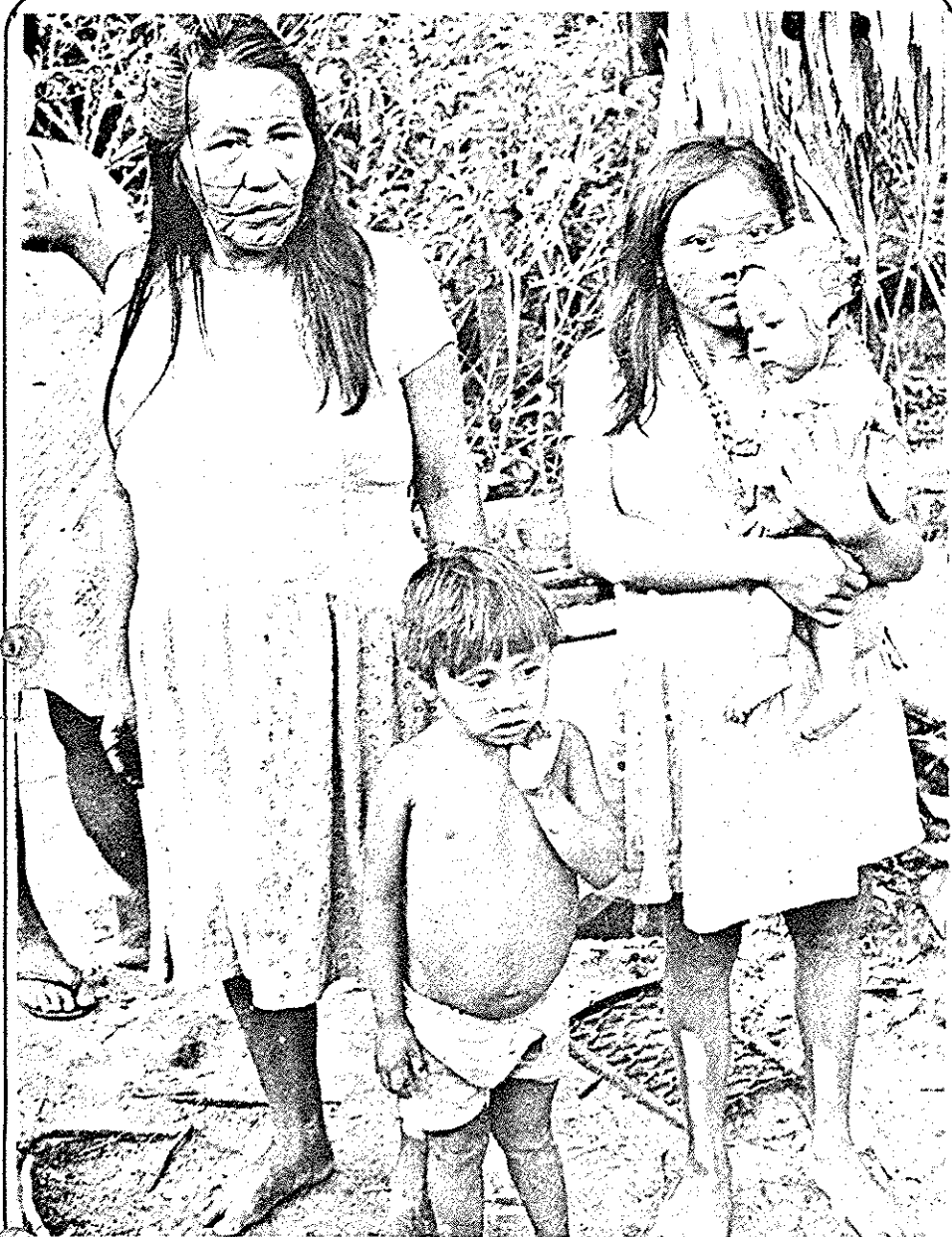
3. O movimento Kaxi também roubaria seus sócios (1) com falsas contabilidades do borrador (livro que registra o débito e o crédito do seringueiro junto ao patrão-seringalista que lhe vende mercadoria e lhe compra a borracha) e (2) com balanças que pesam tanto as mercadorias quanto a borracha. Também não se tiraria a tora (o imposto) de 10% sobre o peso da borracha. Cada trabalhador Kaxi tem direito ao peso real da borracha que ele fabricou.

4. O preço da borracha é o preço de mercado. Aquele que está vigorando na cidade de Tarauacá. Enfim cada família Kaxi poderia — através da cooperativa — vender a sua produção na cidade. O que não acontece também no seringal de patrão.

5. O preço das mercadorias vendidas (nos próprios índios Kaxi) seria determinado pela cooperativa Kaxi, colocando-se exclusivamente um percentual de 50% acima dos preços vigentes na cidade de Tarauacá.

Por outro lado, nenhum seringueiro Kaxinauá pagaria despesas com transportes tanto da borracha quanto de passagens eventuais à cidade em busca de receber assistência médica em casos graves. Os velhos que fossem (à cidade) receber aposentadoria do Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural) também não pagariam. O Sueiro aposentou todos o velhos do Jordão. Sueiro sempre foi a favor que os Kaxi também tivessem acesso às conquistas dos trabalhadores rurais desta terra — que ainda são poucas e muitas delas apenas assistenciais.

A percentagem de 50% adicionais seria para todo o tipo de mercadoria. Os patrões dos altos rios chegam a ganhar até 500% sobre o preço de



“Eu conheço o Sol, a Terra, sou da mata sei que essa terra é nossa”.

Foto Comissão Pró-Índio do Acre

Este depoimento foi prestado à Comissão Pró-Índio do Acre pelo líder dos Kaxinauás no rio Jordão, Alfredo Sueiro, que quer a demarcação urgente das terras do seu grupo.

“Eu aviso que aqui tá tudo contra nós, os patrão daqui. Eu pra vocês ficarem sabendo não querem entregá a seringa pra nós, as colocação. Os freguês do seringal daqui de perto tão estragando tudo que é de seringa porque vão sair das colocação e dizem que não vão deixar seringa pra cabloco não. Já avisei pra Funai, não tenho mais pra quem denunciar. É preciso vim um fiscal vê o que tão fazendo. Isso é crime, estragar as seringeira do jeito que tão fazendo. O chefe de lá (da Funai) não entende. É preciso que a Funai entregue as terras que prometeu. Peço que publique por nosso chefe.

É que tanto tempo que nós tem esperado, tamo lutando com pouco recurso aqui. Tanto esperá, eu até falei que ia ter confusão. Governo libertou muito tempo aqui nossa terra e nunca querem entregá os recurso; as seringeira num querem entregá. O nosso maior problema agora é a terra; de onde é que nós vamo viver? A nossa terra tem esse recurso; nós procura, os patrão nunca quer entregá. Como é que nós vamo fazer produção? Num adianta a terra sem recurso, sem a seringa, sem a madeira de lei, sem a aguana, cedro. Nós tem que trabalhá nessa coisa. E a seringa é a mais principal. Minha produção é pouca. Tem muita gente pra dá de comer. Precisamo da nossa terra. Eu conheço o sol, a terra, sou da mata, sei que essa terra é nossa.”

algumas mercadorias apesar de existir um posto da Companhia Brasileira de Alimentos — Cobal — em Tarauacá. Acontece que esse posto está vendendo somente para os patrões financiados pelo Basa, a preços das praças de Manaus e Belém. Vejam só: os patrões compram um quilo de sal por Cr\$ 1,60 (quem compra na Cobal são os arrendatários ou proprietários de seringais financiados), vendem para seus gerentes-aviados e o quilo do sal chega ao seringueiro a Cr\$ 14,00.

Soube que vocês ficaram preocupados com os comentários dos jornais que noticiavam o meu desaparelhamento e as diligências da polícia — aqui os patrões (quando alguém desaparece) costumam dizer que “a onça comeu a vítima”. Eu não andava sumido nem fugido. Aliás eu só soube disso no dia 12 de dezembro lendo um jornal de Manaus — a notícia dizia que tinha aparecido o tal do antropólogo na cidade de Cruzeiro do Sul, muito longe da área do rio Jordão e que eu estava acusado de fazer um grande plantio de maconha com a finalidade de comprar mercadorias e armas para os índios. Imaginem só! Eu tava era fazendo uma pesquisa nos rios Breu, Tejo e Juruá para a Cepa — Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Acre sobre aviação nos seringais nativos.

Na Vila Jordão tive uma discussão muito braba com um ex-funcionário da Funai (Fundação Nacional do Índio) e com o Edson Paulino, piloto de táxi-aéreo, que estavam abrindo uma pista de pouso na vila e explorando vergonhosamente o trabalho dos “diaristas” Kaxi lá de dentro do rio Jordão. Esses caras usaram a seguinte estratégia: foram lá dentro do Jordão, no seringal Fortaleza (na época eu estava em Basiléia e Assis Brasil fazendo outros trabalhos) e o Edson Paulino levou uma porção de roupa velha para o Sueiro e conseguiu convencê-lo a trazer os Kaxi que ainda não estavam cortando seringa (atualmente são muitos os que ainda não possuem estradas para cortar). Vieram muitos Kaxi do Alto Tarauacá e do Breu — aproximadamente uns cento e poucos Kaxi chegaram ao Jordão (pra trabalhar pro piloto e pro ex-funcionário da Funai). Os Kaxi vieram para a área delimitada graças ao movimento Kaxi, entende (é não pra trabalhar na pista de pouso)?

Pois bem: foi esse cara (Edson Paulino) quem puxou papo com as meninas (as auxiliares de Terri) falando em maconha, dizendo que todo piloto de táxi-aéreo do Acre fuma o seu baseado e queima fumo etc. e tal e ainda quis contar a Keilah (uma das auxiliares) e oferecer maconha.

Depois da discussão com esses caras, exigi que houvesse aumento da diária para Cr\$ 80,00 — eles estavam pagando Cr\$ 50,00 por dia de trabalho, 12 horas diárias sem descanso, os Kaxi estavam trabalhando até aos domingos e mandei uma carta para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tarauacá e outra para o Elson (Elson Martins, repórter do jornal Varadouro) que publicou a notícia na Gazeta do Acre, jornal diário de Rio Branco.

Em represália, esses caras (o piloto e o ex-funcionário da Funai) se uniram aos patrões, gerentes-aviados, arrendatários e proprietários e forjaram e divulgaram provas falsas: um pouco de maconha (do próprio Edson Paulino) e umas cartas minhas (o que constitui crime por violação de correspondên-

cia). Aí abriram um inquérito contra mim e daí começaram a organizar uma represália contra os Kaxi, impedindo que os comerciantes aviassem mais mercadoria para cabloco. E para isso eles estão contando com o apoio daquela gente que falei acima.

Programa oficial só ajuda patrões e grupo econômico

É bom dar uma lida no Varadouro. Tem alguns artigos sobre grupos indígenas do Acre e dá pra vocês entenderem como está se processando essa transformação na estrutura econômica do Acre, que atravessa hoje uma transição entre uma empresa seringalista decadente e uma outra, que atualmente está sendo rearticulada (com os programas de incentivos do governo), preparando-se um terceiro “boom” (uma terceira fase de explosão de desenvolvimento na economia da borracha), mesmo que seja ele o mais artificial de todos os que já aconteceram.

Esse, de fato, é um momento crucial para a demarcação das áreas delimitadas e para a presença da Funai que, há 3 anos, criou uma ajudância (representação local) aqui no Rio Branco mas que não está presente bem no Purus, nem em Tarauacá, Juruá e seus afluentes principais, o Moe e o Tejo.

Na matéria ou artigo que vocês fizerem aí não se esqueçam de colocar esses problemas mais gerais:

1. Os patrões-seringalistas estão aproveitando todas as facilidades do governo federal para rearticular os seringais nativos apenas no seu interesse próprio. Por exemplo: eles tiram financiamento no Basa para reabertura de seringais, pagando 7% de juros ao ano, com carência (prazo para pagar a primeira prestação) de um ano pagamento em 4 anos e financiamento para custeio de safra, com juros de 12% ao ano, tudo pelo Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural, o Probor II. E ainda usam, só pra eles, os postos da Cobal, que deveriam vender mercadorias mais baratas para os seringueiros.

Também muito do dinheiro emprestado pelo Basa os patrões empregam para recrutar seringueiros. Hoje em dia o seringueiro pede logo dinheiro ao patrão para subir para os seringais. Quantia que varia de Cr\$ 2.000,00 até Cr\$ 15 e 20.000,00. O seringueiro pede a grana porque sabe que esse é o único momento que ele vai pegar um dinheiro grande. Mas os patrões cobram 30 a 36% de juros sobre o dinheiro emprestado ao seringueiro (que na verdade é um adiantamento) por ocasião do recrutamento.

Veja para onde caminha o Probor I não há nenhuma fiscalização do governo do Acre, nem dos órgãos federais. Enfim, nem os seringueiros, nem os barranqueiros (camponeses com uma tradição extrativista), nem os grupos indígenas integrados, nem o conjunto da classe trabalhadora do Acre está tirando alguma vantagem da política do governo federal para a Amazônia Ocidental.

Quem se beneficia dos programas

do governo são as empresas seringalistas. De um lado, as empresas agropecuárias, de outro, e mesmo os empresários híbridos que tocam tanto fazendas de gado como de seringa — que aliás é abundante em seus imensos latifúndios.

Os seringueiros, tanto índios como acreanos, ainda estão vivendo debaixo de um sistema de "escravidão por dívida" em relação aos patrões dos seringais. Um domínio ainda predominante em todo o Vale do Juruá. Os seringalistas mantêm a existência do trabalho compulsório, que imobiliza (em benefício próprio) a força de trabalho, inclusive a dos diversos grupos indígenas da região, ainda sem nenhuma presença da Funai.

2. Os capitalistas "da pata do boi" (as empresas de agropecuária e desmatamento), de 1972 para cá, compraram grandes extensões de terra em que o hectare da terra foi vendido a preço de banana. É que houve muita grilagem de terras da União, (terras) devolutas, com consentimento até do seringalista fudido que era obrigado a vender suas propriedades para liquidar as contas e juros sobre juros que deviam ao Basa.

O município de Tarauacá tem um representante típico na figura do senador Altevir Leal, que considero o maior grileiro de terras do Acre. Ele vendeu mais de um terço das terras daquele município.

Só no município de Tarauacá, onde estão as duas reservas Kaxi, tem os seguintes grupos econômicos capitalistas de São Paulo:

a — Tarauacá S.A. Agropecuária, ligado ao Francisco Scarpa e a gente como ele, capitalistas das finanças daí de São Paulo. Na empresa tem também um tal de brigadeiro Pamplona, que dirige a companhia pela fonia, e o gerente-geral do grupo em Tarauacá. Eles possuem 1.200.000 hectares de terras compradas do senador Altevir Leal.

b — Cinco Estrelas Agropecuária S.A., pertencente a uma empresa de aerofotogrametria, que é ligada diretamente com a Viação Aérea Cruzeiro do Sul (que, por sua vez, pertence à Varig, a maior empresa nacional de aviação comercial). Eles têm uma área de 38.000 hectares (vide uma matéria que fiz no Varadouro com o título: O diabo para quem merece — acho que é no número 11).

c — Paranacre S.A., formada por grupos capitalistas do Paraná que estão se expandindo para cá, depois de terem feito muita fortuna com a corrida de terras no norte do Paraná. Eles têm sede em Londrina e compraram 450.000 hectares de terras do senador Altevir Leal a preço de banana.

d — Fazenda Califórnia, de propriedade dos Atalla da Copersucar. São mais de 900.000 hectares localizadas no Alto Envira (um dos principais afluentes do rio Juruá, que por sua vez, é afluente do Amazonas), abafando grande extensão da faixa de fronteira com o Peru.

Pois bem: estes grupos receberam incentivos do governo federal. Eles entretanto, pagam baixíssimos salários para os peões temporários, expulsam os seringueiros, barranqueiros e índios, que eles transformam em posseiros, usam da polícia local para amedrontá-los, ameaçam-nos com capangas, desviam verbas que deveriam ser aplicadas na região e não assinam a carteira de trabalho dos peões porque utilizam os "gatos" ou empreiteiros que não têm maiores

Antropólogos pedem CPI para o Acre

Os antropólogos do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Alfredo Wagner Berno de Almeida e João Pacheco de Oliveira pediram, em depoimento prestado ao REPORTE, abertura imediata de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a exploração a que estão sendo submetidos os índios Kaxinauás do Acre e ocupação ilegal de terras, promovida por seringalistas e empresas agropecuárias na região.

Este é o seu depoimento:

"Considerando a gravidade das denúncias sobre a situação dos grupos indígenas do Estado do Acre, que vão desde a venda ilegal de terras pelos seringalistas — que não possuem títulos de propriedade das áreas que são efetivamente cultivadas e habitadas por índios Kaxinawá, Campa, Katuquina e Jaminawa — até a utilização de operações clandestinas para recrutamento de mão-de-obra indígena pelos empresários pecuaristas, contrariando as disposições previstas pela legislação trabalhista;

Os antropólogos João Pacheco de Oliveira Filho e Alfredo Wagner Berno de Almeida solicitaram das autoridades parlamentares que se pronunciem, através de uma

Comissão Parlamentar de Inquérito no sentido de apurar inúmeras irregularidades constatadas no Acre com relação aos grupos indígenas:

1 — *Procedam a um levantamento da condição atual das populações indígenas, que foram, pelo uso aberto da força ou pela obtenção de registros de propriedade sobre as terras que ocuparam tradicionalmente e ocupam hoje (o que contraria a Constituição e a Lei nº 6.001, de 19/12/1973) aprisionados ao sistema extrativista da borracha pelos patrões seringalistas.*

2 — *Apurem as denúncias de que organismos estatais atuantes no local estariam infringindo disposições legais, que resguardam os direitos e os interesses dos índios. Notório é o caso da concessão de empréstimos a seringalistas, por agências do Banco da Amazônia (Basa) sem que seja deles cobrada a prévia exibição de certidão negativa de presença de índios, fornecida pela Fundação Nacional do Índio (Funai) de Brasília. Por outro lado, agências locais da (Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) fornecem mercadorias abaixo do preço apenas a seringalistas financiadas pelo Basa e pela Superintendência da Borracha (Sudhevea), desta forma permitindo que os seringalistas obtenham altos lucros pela revenda destas mercadorias a preços superiores aos de mercado para os produtores diretos, sem ter, portanto, qualquer influência positiva no barateamento do custo de produção da borracha ou na melhoria de seu padrão técnico.*

3 — *Esclareçam qual o apoio legal existente aos obstáculos, que os seringalistas, muitas vezes com a ajuda de autoridades locais, têm colocado à livre comercialização exercida por índios seringueiros. Distinguir cuidadosamente o caso dos seringais, onde não existam títulos definidos de propriedade, daqueles outros, onde existam*

documentos formalmente corretos. No primeiro caso, a comunidade indígena deve ter o seu direito à livre comercialização assegurado pelas autoridades, enquanto, no segundo caso, esse direito deve ser vinculado ao pagamento do aluguel das "estradas" de seringueiros até que fique plenamente esclarecida, através de processo movido pela Funai, a situação jurídica daquelas terras e dos índios que nela habitam.

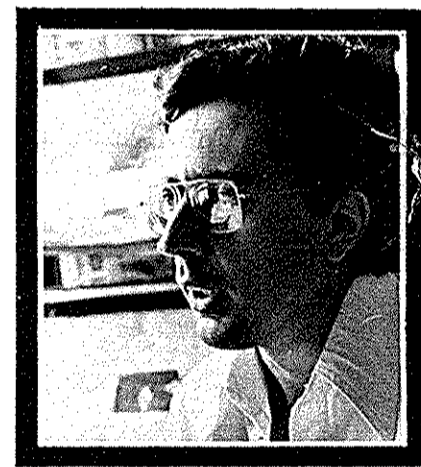
4 — *Realizem, através da Funai, um levantamento das terras ocupadas pelos grupos indígenas com vistas à demarcação imediata daquelas cujos títulos de propriedade inexistem ou não são definitivos e ao estudo de uma solução jurídica mediante processo de reintegração de posse, para aquelas outras cujos proprietários estão munidos da documentação necessária. Tal levantamento deve ter foro de validade, de maneira tal que impeça, que, em seguida à sua consecução, os seringalistas descaracterizem o lugar como área indígena.*

5 — *Investiguem, através da intervenção direta da Ajudância da Funai e da Delegacia Regional do Trabalho a ação dos empreiteiros ou "gatos" no recrutamento de mão-de-obra indígena*



Alfredo Wagner

Foto Luiz Alberto Bettencourt



João Pacheco

Foto Chiquito Chaves

responsabilidades com a força de trabalho dos peões. Na região de Tarauacá — Feijó — Cruzeiro do Sul esses peões são ex-seringueiros, barranqueiros e colonos diaristas da cidade.

Às vezes esses grupos econômicos forçam os trabalhadores a comprarem somente no barracão do paulista (isto é, no empório da grande empresa agropecuária que vem de São Paulo), como é o caso da Fazenda Califórnia da Copersucar que paga os trabalhadores com moeda própria. Imagine! É o mesmo que eles serem donos de um território separado do Brasil, que tem o seu próprio governo (ou administrador), bancos comerciais, polícia etc...

Pois bem, quem é o administrador da Copersucar? É, com muita razão, um cara chamado Enzo Pezano, com passado na Funai (do tempo em que ela se chamava Serviço de Proteção ao Índio) e que depois virou, até 1964, administrador de Jango, com sua política corrupta para essas bandas da Amazônia legal, numa das fazendas que o mesmo adquiriu ilegalmente em Barra do Garça.

Se, então, venderam as terras do Acre a preço de banana, a bem dizer de graça, por que esta grita contra a demarcação de áreas indígenas nesta

região? E por que a Funai ainda não está presente na região? E a questão da certidão negativa para se obter investimentos federais (por lei, só se pode obter financiamento em bancos do governo se o candidato mostra também uma certidão negativa da Funai esclarecendo que a área que ele possui não faz parte de reservas indígenas)?

Ora, nada disso funciona e não era mesmo pra funcionar.

E todo chefe de Ajudância da Funai no Acre (uma média de 2 por ano) tem sido retirado quando procura defender alguma comunidade indígena do Acre. Primeiro foi o José Carvalho, que foi forçado por patrões paulistas através da burocracia de Brasília. Lembro que o general Bandeira de Melo era um dos administradores da Novo Oeste Agropecuária S.A., que possuía mais de 1.000.000 de hectares no Alto Envira, terras ligadas ao grupo dos Atalla-Copersucar. Pois bem: o Carvalho sofreu perseguição do general Bandeira de Melo que conseguiu dos burocratas da Funai a saída do Carvalho. Até agora o Carvalho foi o mais dedicado e lutador dos indigenistas da Ajudância. Apesar de ele ter tomado algumas atitudes incorretas com a Igreja e a imprensa local.

O Toninho saiu da Ajudância também por causa dos conflitos dos Apurinã (outro grupo indígena de Boca do Acre).

Tanto o Carvalho como o Toninho foram transferidos. O atual chefe da Ajudância é um fulano de tal, Alfonso Signatário, recém-chegado a Rio Branco e ainda desconhecedor, dá realidade indígena do Estado, chegando às vezes a confundir seringalista (patrão) com seringueiro (trabalhador) quando fala. Não tomou nenhuma posição de defender os direitos dos índios Kaxi do Humaitá e Jordão, nem tomou posição para defender a borracha que os Kaxi do Humaitá tiveram que entregar, por ordem do chefe de polícia, Moacir Prado, aos irmãos Bayma e ao senhor Francisco Lessa, que se dizem proprietários dos seringais da área delimitada pela Funai. Eles alegam que têm compromissos apenas com o Basa, não aceitando as leis que a Funai jura que defende.

”

Esta matéria foi coordenada por Luiz Alberto Bettencourt. O verdadeiro autor da reportagem, porém, é o antropólogo Terri Aquino que, com sua atividade profissional, ajuda os índios Kaxinauás a lutarem por suas terras, contra a miséria e a opressão.